

## MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

## Termo de Referência 22/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS	ROSELI YUKIE SATO BARBOSA	30/04/2026 17:25 (v 0.15)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		017/2026

## 1. Definição do objeto

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência o registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios do gênero **hortifrutigranjeiros**, necessários para garantir o fornecimento adequado de alimentos essenciais para a preparação das refeições, atendendo às necessidades alimentares dos pacientes e acompanhantes do Hospital da Vida e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ambas as unidades geridas pela Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (FUNSAUD), de acordo com as especificações constantes nos termos do quadro abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	Especificação	Unid.	Qtd.
1	463770	CENOURA - Legume in natura, espécie comum	KG	1.300
2	463930	SALSINHA - Verdura in natura, tipo salsinha, espécie comum	MÇS	576
3	463878	CEBOLINHA - Verdura in natura, tipo cebolinha, espécie comum	MÇS	516
4	463806	TOMATE SALADA - Legume in natura, tipo tomate salad	KG	960
5	463831	COUVE-FLOR - Verdura in natura, tipo Couve-Flor	CABEÇA	290
6	463837	BRÓCOLIS - Verdura in natura, tipo Brócolis.	UNIDADE	290
7	463822	COUVE MANTEIGA - Verdura in natura, tipo Couve Manteiga	MÇS	567
8	463748	ABOBORA CABOTIAN - de primeira qualidade, tamanho médio, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, tenra, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, turgescer,	KG	1300

		intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa.		
9	463839	REPOLHO BRANCO - verdura in natura, tipo repolho, espécie branco	CABEÇA	120
10	464405	MAMÃO - fruta in natura, tipo mamão, espécie comum	KG	2300
11	464374	ABACAXI - fruta in natura, tipo abacaxi, espécie pérola	UND	600
12	464398	LIMÃO - fruta in natura, tipo limão, espécie taiti	KG	120
13	446618	OVO - tamanho extra, origem galinha, características adicionais branco	DUZIA	1000
14	463747	ABOBORA PAULISTA de primeira qualidade, tamanho médio, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, tenra, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, turgescer, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa.	KG	1.300
15	463778	CHUCHU - in natura, variedade verde, espécie comum	KG	600
16	463754	BATATA INGLESA - de primeira qualidade, lavada, tamanho médio, uniformes, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderido à superfície externa.	KG	1500
17	463767	BETERRABA - legume in natura, tipo beterraba, espécie comum	KG	500
18	463780	CEBOLA - Cebola roxa com coloração roxa, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidas	KG	400
19	463938	ALHO - cabeça inteira, dentes grandes e uniformes, firmes e com brilho, de primeira qualidade	KG	120
20	463753	BATATA DOCE - legume in natura, tipo batata doce, características adicionais extra, 1º qualidade	KG	408
21	463795	MANDIOCA SEM CASCA - legume in natura, tipo mandioca, espécie comum	KG	1480
22	464380	BANANA NANICA - fruta in natura, tipo banana, espécie nanica	KG	1867
23	464376	BANANA MAÇÃ - fruta in natura, tipo banana, espécie maçã	KG	714
24	464393	LARANJA - fruta in natura, tipo laranja, espécie pera	KG	3840
25	464400	MAÇÃ - fruta in natura, tipo maçã, espécie gala	KG	1920

26	464418	MELANCIA - fruta in natura, tipo melancia, espécie redonda, aplicação alimentar	KG	2000
27	464422	MELÃO - fruta in natura, tipo melão, espécie comum	KG	1280

1.2. Da natureza do objeto

- 1.2.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 786, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

1.3. Da Modalidade da contratação

- 1.3.1. A contratação será realizada por meio da modalidade **pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.
- 1.3.2. Será adotado o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** como procedimento auxiliar, nos termos da legislação vigente e do Decreto Municipal nº 2.881/2024, em razão das características da demanda.
- 1.3.3. A utilização do SRP justifica-se pela natureza variável e imprevisível do consumo de produtos hortifrutigranjeiros, decorrente de fatores como:
- a) **Variação da demanda assistencial:** o quantitativo de refeições fornecidas está diretamente relacionado ao número de atendimentos nas unidades de saúde, o que pode oscilar ao longo do tempo;
  - b) **Sazonalidade:** a incidência de determinadas enfermidades pode impactar o volume de atendimentos e, consequentemente, o consumo de alimentos;
  - c) **Perecibilidade dos produtos:** por se tratarem de itens com ciclo de vida curto, as aquisições devem ocorrer de forma parcelada, evitando desperdícios e garantindo a qualidade dos alimentos;
  - d) **Limitações de armazenamento:** a capacidade de estocagem das unidades é restrita, o que inviabiliza aquisições em grande volume de forma antecipada.
- 1.3.4. Dessa forma, o SRP permite maior flexibilidade na gestão das aquisições, possibilitando o fornecimento parcelado conforme a necessidade da Administração, ao longo do período de vigência da ata, contribuindo para a eficiência, economicidade e continuidade dos serviços prestados.

1.4. Subcontratação

- 1.4.1. **Não será admitida** a subcontratação do objeto contratual, conforme demonstrado no ETP e Termo de Referência, trata-se de compra de hotifrutigranjeiro com fornecimento comum no mercado e amplamente comercializados por empresas do ramo, não apresentando apresentando portanto, complexidade técnica na execução contratual que justifique admitir a subcontratação.

1.5. Do tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

- 1.5.1. **Será adotado** tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014), devido os itens possuírem um ciclo de vida curto, eles se enquadram nos critérios legais para essa modalidade de tratamento, tornando a logística mais eficiente.
- 1.5.2. O tratamento diferenciado tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica.
- 1.5.3. Quanto à reserva de cota de até 25% para ME/EPP, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, esclarece-se que tal medida se aplica aos casos em que há participação ampla de empresas de diferentes portes, o que não ocorre no presente certame, uma vez que este já é integralmente exclusivo para ME/EPP.
- 1.5.4. Ademais, considerando a natureza dos itens gêneros hortifrutigranjeiros, caracterizados pela perecibilidade, necessidade de fornecimento contínuo e logística eficiente, a não adoção de cotas evita a fragmentação do objeto e contribui para uma gestão contratual mais eficiente, sem prejuízo à competitividade, tendo em vista que o certame permanecerá integralmente acessível às ME/EPP.

## 1.6. Da vedação à participação em consórcio

1.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

## 1.7. Da vedação à participação de Cooperativas

1.7.1. Será admitida a participação de cooperativas.

## 1.8. Do critério de julgamento

1.8.1. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**.

## 1.9. Do intervalo entre lances

1.9.1. O intervalo mínimo entre os lances, tanto intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 0,10 (Dez Centavos)**.

## 1.10. Modo de Disputa

1.10.1. O modo de disputa da presente contratação será **aberto e fechado**, nos termos do artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.129 /2023, conforme o inciso VIII do artigo 16 do Decreto Municipal nº 2.120/2023.

## 1.11. Da Ata de Registro de Preços

1.11.1. Não será admitida adesão à Ata de Registro de Preços.

1.11.2. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a FUNSAUD, por meio do setor de Contratos.

1.11.3. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste TR será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso; ou até o término das quantidades registradas, de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.11.4. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser reestabelecidos os quantitativos inicialmente estabelecidos na licitação.

## 1.13. Do Contrato

1.13.1. O contrato decorrente da Ata de registro de preço terá sua vigência contada a partir da data de assinatura do contratante, cuja eficácia se dará a partir da divulgação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e duração de 12 meses na forma dos artigos 94 e 105 da Lei Federal 14133/2021.

1.13.2. A vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia condicionada à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, nos termos dos artigos 106 e 107 da lei nº 14.133 /2021, respeitando a vigência máxima **decenal de 10 (Dez) anos** conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, e desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto da legislação vigente.

# 2. Fundamentação da contratação

2.1. Aquisição de produtos alimentícios do gênero Hortifrutigranjeiros para o Hospital da Vida e UPA, unidades geridas pela FUNSAUD. Necessário para garantir o fornecimento contínuo de produtos essenciais para o preparo das dietas dos pacientes, que variam conforme as necessidades médicas e nutricionais.

**2.2.** As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal (CF) de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

**2.3.** A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

**2.4.** Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988: XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações Serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

**2.5.** Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal no 14.133 de 01 de Abril de 2021, mais conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**2.6.** Objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primado pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade e todos os princípios elencados no Art.5º da Lei 14.133/2021, também previstos na Constituição Federal, ou seja, licitar é regra.

**2.7.** A presente justificativa baseia-se na solicitação de bens apresentada no Documento de Formalização de Demandas nos pontos elencados e assinados pela chefia da unidade requisitante, conforme o documento para elaboração do Termo de Referência e designação da equipe técnica de apoio". De acordo com o artigo 6º, inciso XLI da Lei 14.133/2021: XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

**2.8.** O pregão é uma modalidade de licitação que pode ser utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor da contratação. É uma ferramenta que pode ser utilizada para colocar em prática o processo de licitação, que é o processo que acordará o fornecimento de um produto ou serviço da empresa para um órgão público.

**2.9.** Essa modalidade permite ainda maior agilidade nas aquisições, ao desburocratizar os procedimentos para a habilitação e o cumprimento da sequência de etapas da licitação.

**2.10.** Cumpre esclarecer que tal aquisição ocupa papel de destaque dentro do sistema de compras da FUNSAUD, vez que o objeto se trata de produtos alimentícios do gênero Hortifrutigranjeiros e são imprescindíveis para a promoção de ações e serviços voltados ao cumprimento do dever Estatal de garantir aos municípios o direito à saúde e princípio fundamental da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

**2.11.** De tal modo, o objeto que se pretende licitar é imprescindível para a qualidade e excelência dos serviços ofertados aos usuários do Sistema Único de Saúde, sem o qual, minimamente as Unidades não conseguem operacionalizar atendimentos aos usuários.

### **3. Descrição da solução**

**3.1.** A solução encontrada foi a contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos alimentícios do gênero Hortifrutigranjeiros, por se tratar de demanda de utilização recorrentes, por meio da modalidade Ata de Registro de Preço e Pregão Eletrônico sob o Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019.

**3.2.** Considerando-se as diferentes fontes, bem como analisando as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração - FUNSAUD, a opção de Pregão Eletrônico de Registro de Preços, foi a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender necessidades contínuas recorrentes, mas não diárias, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar obrigatoriedade de contratação.

**3.3.** O levantamento de mercado indica como solução contratação de empresa especializada em fornecimento de produtos alimentícios do gênero Hortifrutigranjeiros, por se tratar de demanda de utilização recorrentes. Com base nestes levantamentos justifica-se a escolha da contratação de empresas especializadas para o fornecimento por ser a opção mais vantajosa, apoiando o cumprimento de sua missão Institucional como referência em saúde Pública de qualidade.

**3.4.** Os Itens em questão, objetivamente definidos, atendem às especificações usuais constantes no Mercado e destinam-se a utilização pelas unidades geridas pela Fundação de Serviços de Saúde de Dourados/FUNSAUD.

**3.5.** Considerou, ainda, o fato de que o referido Sistema possibilita um controle mais efetivo quanto à Distribuição dos Itens a serem adquiridos, traduzindo-se no estímulo ao Consumo Sustentável/Consciente.

**3.6.** Salieta-se que esta solução tem sido utilizada no último pleito e tem se mostrado mais eficiente e eficaz no atendimento das necessidades da FUNSAUD até o momento, sendo passível de análise quando se utilizar de outra solução mais vantajosa a Administração Pública no mercado.

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1. Requisitos Gerais

**4.1.1.** A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos:

**a) Qualidade dos produtos:** Os produtos hortifrutigranjeiros devem ser fornecidos em conformidade com as especificações de qualidade e variedade descritas no edital, atendendo aos padrões exigidos para frescor, aparência, tamanho e conservação, observando as normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes;

**b) Condições ideais de frescor e qualidade:** Os produtos fornecidos devem estar em condições ideais de frescor, maturação e qualidade, conforme as exigências de mercado e normas sanitárias vigentes, respeitando as especificações do edital, como variedade, tamanho e aparência;

**c) Documentação e rastreabilidade:** A empresa vencedora deverá fornecer nota fiscal, certificado de origem e/ou outro documento que comprove a qualidade e a rastreabilidade dos produtos fornecidos, incluindo informações sobre a data de colheita, validade, transporte e quaisquer outras informações necessárias para assegurar a qualidade e conformidade do fornecimento;

**d) Registro de lotes:** A empresa vencedora deverá manter registros detalhados dos lotes fornecidos, devendo, a qualquer tempo ou quando solicitado formalmente, fornecer todos os dados e informações sobre a origem, transporte e condições dos produtos fornecidos, para garantir a rastreabilidade e conformidade;

**e) Comprovante de conformidade:** A nota fiscal e/ou o certificado de origem será considerado como comprovante de conformidade dos produtos entregues, sendo exigido pela Administração para atestar a qualidade e a adequação dos itens fornecidos;

**f) Produtos com defeito ou inadequados:** Caso seja constatado fornecimento incompleto, inadequado ou com defeito nos produtos (como produtos danificados, fora da validade, ou com aparência inadequada), o fornecedor será convocado para substituir ou complementar os produtos no prazo conforme item 7.2. a contar da convocação pelo setor requisitante;

**g) Reposição e substituição:** A empresa fornecedora deverá garantir o direito de reposição ou substituição dos produtos em caso de falha de qualidade, inadequação ou outras não conformidades durante o ciclo de fornecimento;

**h) Armazenamento e transporte:** Os produtos hortifrutigranjeiros devem ser compatíveis com os requisitos de armazenamento e transporte, atendendo às exigências de segurança alimentar e as normas sanitárias vigentes para garantir que cheguem ao destino final com qualidade preservada;

### 4.2. Sustentabilidade

**4.2.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.2.1.2.** Será exigida a Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

### 4.3. Das Propostas

**4.3.1.** As propostas deverão conter as especificações do hortifrutigranjeiro cotado: o nome comercial.

**4.3.2.** A validade da proposta apresentada, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, conforme o inciso XII, art. 16, do Decreto Municipal nº 2.120/2023.

### 4.4. Garantia dos itens contratado

**4.4.1.** A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11 setembro 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC), e suas alterações subsequentes.

**4.4.2.** Na substituição dos produtos fora da validade ou que apresentem defeitos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

**4.4.3.** A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos hortifrutigranjeiro porventura entregues danificados ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

#### **4.5. Garantia da contratação**

**4.5.1.** Não será exigida garantia contratual, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação é considerado que o fornecimento não envolve riscos que justifiquem a exigência de garantia.

#### **4.6. Vistoria**

**4.6.1.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local para entrega dos itens.

#### **4.7. Requisitos Temporais**

**4.7.1.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**4.7.2.** Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

### **5. Modelo de execução do objeto**

#### **5.1. Forma de fornecimento**

**5.1.1.** O fornecimento do objeto será parcelado.

#### **5.2. Condições de Entrega**

**5.2.1.** Os hortifrutigranjeiros deverão seguir o seguinte cronograma de entrega estabelecido pela Contratante:

**5.2.1.1.** Duas vezes por semana (terça e quinta-feira) nos horários das 7:30h às 10:30h e 13:30h às 16:30h;

**5.2.1.2.** Nos seguintes endereços: Hospital da Vida, na Rua Toshinobu Katayama, nº 949 Jardim Caramuru – Dourados /MS, na UPA 24h, na Rua Frei Antônio, 3.670 – Bairro Terra Roxa II Dourados – MS e outras unidades que futuramente possam ser agregadas a FUNSAUD.

**5.2.1.3.** A solicitação dos produtos será realizada através da Ordem de Fornecimento (OF), que é o documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem executadas.

**5.2.1.4.** A Ordem de Fornecimento (OF) será enviada à Contratada via *e-mail* ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.

**5.3.** Os produtos deverão ser de primeira qualidade, devidamente identificados, com acondicionamento apropriado, de forma a não serem machucados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

**5.4.** Os hortifrutigranjeiro entregues deverão estar estritamente em conformidade com aquele que foi contratado, não sendo aceito pela Comissão de Recebimento aquele que estiver em desacordo com as especificações licitadas.

**5.5.** Os hortifrutigranjeiro deverão ser entregue conforme preconiza a legislação, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, sendo que a falta do mesmo implicará no não recebimento destes por parte da Comissão de Recebimento.

**5.6.** A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos que porventura sejam entregues com machucados /estragados/danificados ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

**5.7.** A Contratada arcará com todas as despesas dos impostos, taxas, entre outras necessárias, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade sobre os mesmos e deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade dos produtos contratados.

**5.8.** Os produtos devem ser entregues a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), devidamente acompanhados dos documentos abaixo relacionados.

**5.9.** Quando da entrega dos hortifrutigranjeiro, a Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos:

**5.9.1.** 01 (uma) via da Ordem de Fornecimento (OF) encaminhada pelo Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado, dela devendo constar o número do Contrato, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais;

**5.9.2.** Nota Fiscal e/ou Fatura gerada pelo fornecimento do produto entregue solicitada na Ordem de Fornecimento (OF). Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na OF pelo Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, os motivos de não entrega do produto solicitado, os quais serão analisados pela unidade requerente e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

**5.9.3.** Junto com a documentação supracitada, deverá apresentar a comprovação de regularidade perante o Sistema da Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada e relativa a débitos trabalhistas, todas dentro do prazo de validade, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

**5.9.4.** A falta de um dos documentos solicitados poderá implicar no não recebimento do produto e, consequentemente, da Nota Fiscal e/ou Fatura.

## **5.10. Do Transporte**

**5.10.1.** As despesas com o frete, transporte e demais custos advindos da entrega dos itens no local indicado pelo Contratante, correrão por conta da Contratada, ficando a cargo da Contratada, ainda, as despesas com remoção dos produtos fornecidos caso tenham que ser substituídos, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

**5.11.** Na execução do transporte deverão ser obedecidos os critérios adequados para sua realização, de modo a não afetar a qualidade do produto, e de acordo com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.

**5.12.** O produto que apresentar recomendações preconizadas pelo fabricante deverá ser transportado nessas condições e de acordo com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.

## **5.13. Recebimento e aceitação do objeto**

**5.13.1.** Os produtos serão recebidos por servidores da FUNSAUD de acordo com o item 5.2 deste Termo de Referência, a cargo de **Michely Aline Jorge Espindola** nutricionista - RT/Hospital da Vida e de **Lucimar da Rosa Dutra** nutricionista - RT/UPA.

**5.14.** A FUNSAUD reserva-se no direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com os descritivos solicitados neste Termo de Referência.

**5.15.** Os produtos recusados pelo Contratante deverão ser substituídos(s), automaticamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da hora de Notificação, sem qualquer ônus para o Contratante.

**5.16.** A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.

**5.17.** Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.

**5.18.** Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante legal, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

**5.19.** Em caso da necessidade de providências não realizadas por parte do fornecedor, os prazos para pagamento poderão ser suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa previstas no instrumento de contrato, e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste Processo Licitatório.



## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**6.1.1.** Início da execução da contratação: 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

### 6.2. Gestão do contrato

**6.2.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** A FUNSAUD poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### 6.7. Fiscalização Técnica

**6.7.1.** As atividades do fiscal técnico serão conduzidas de acordo com as diretrizes estabelecidas no Artigo 21 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. Este artigo define que o fiscal técnico tem como atribuição principal o acompanhamento detalhado da execução do objeto contratual, assegurando que os serviços ou produtos entregues atendam aos requisitos técnicos especificados no contrato.

**6.7.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 2.097, de 2023, art. 21, II).

**6.7.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 2.097, de 2023, art. 21, III).

**6.7.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 2.097, de 2023, art. 21, IV).

**6.7.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 2.097, de 2023, art. 21, V).

**6.7.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 2.097, de 2023, art. 21, VII).

**6.7.7.** A Fiscalização Técnica ficará a cargo de **Michely Aline Jorge Espindola RT/HV** e de **Lucimar da Rosa Dutra** Nutricionista - RT/UPA.

### 6.8. Fiscalização Administrativa

**6.8.1.** As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. De acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas. Isso inclui a verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

**6.8.2.** A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos: **Evelin Loana Magro Lino e Gisele Manvailer Silva**.

### 6.9. Gestor do Contrato

**6.9.1.** As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

**6.9.2.** A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadora de Gestão de Contratos: **Leila Lara Silva Escobar Tavares**.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **Recebimento**

**7.1.** Os produtos alimentícios do gênero hortifrutigranjeiros serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os produtos alimentícios do gênero hortifrutigranjeiros poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo 2 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (Dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.8. Liquidação:**

**7.8.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

**7.8.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.9.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.9.1.** o prazo de validade;

**7.9.2.** a data da emissão;

**7.9.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.9.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.9.5.** o valor a pagar; e

destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.9.6.** eventual

**7.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.12.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.13.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.15.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**7.17. Prazo de pagamento:**

**7.17.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

**7.18.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação obrigatória do índice de correção constante no item 11 deste Termo de Referência.

**7.19. Forma de pagamento:**

**7.19.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.21.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.21.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.22.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**8.2. Forma de fornecimento:**

**8.2.1.** O fornecimento do objeto será parcelado.

### **8.3. Exigências de habilitação**

**8.3.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.3.1.1. Habilitação jurídica:** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.3.1.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.3.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.1.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**8.3.1.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.3.1.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**8.3.1.9. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

**8.3.1.10. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

**8.3.1.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.5.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.6.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.8.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.9.** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.9.1.** A existência de débitos e/ou obrigações sob discussão e/ou objetos de parcelamentos ou medidas corretivas, que implique a emissão de certidão positiva com efeito de negativa, não desfavorece a regularidade fiscal do licitante.

**8.10.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas. Será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/91 Lei dos Benefícios da Previdência Social e artigo 63 inciso IV da Lei 14.133/2021.

**8.10.1.** A declaração apresentada deverá ser mantida válida durante toda a execução contratual, cabendo à contratada garantir cumprimento efetivo das obrigações legais relativas à reserva de cargos.

**8.11.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de não emprego de menores.

**8.12.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública.

**8.13.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.14.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 182.013,59

**9.1.** A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o Decreto Municipal nº 787/2021, emitido pela Prefeitura Municipal de Dourados, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços pelo Município de Dourados e suas autarquias e fundações.

**9.2.** A pesquisa de preços buscou abranger o maior número possível de fontes, com o objetivo de refletir, com a maior fidedignidade possível, os valores efetivamente praticados no mercado para o objeto desta contratação.

**9.3.** Para a composição do valor estimado, foram consultadas diferentes fontes, tais como: Compras.Gov.Br, PNCP, Contratos FUNSAUD e Banco de Preços.

**9.4.** A partir dos valores obtidos, procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados, com cálculo de média simples, desvio padrão, limites superior e inferior e, ao final, média saneada, mediante exclusão de valores que se situaram abaixo ou acima dos limites estabelecidos.

**9.5.** Assim, os valores estimados mostram-se compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado nas pesquisas de preços realizadas e na Planilha de Orçamento Médio, anexada aos autos do processo.

**9.6.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 182.013,59 (Cento e Oitenta e Dois Mil, Treze Reais e Cinquenta e Nove Centavos) conforme demonstrado no quadro abaixo.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	463770	CENOURA - legume in natura, espécie comum	KG	1.300	R\$ 5,34	R\$ 6.942,00

2	463930	SALSINHA - verdura in natura, tipo salsinha, espécie comum	MÇS	576	R\$ 3,80	R\$ 2.188,80
3	463878	CEBOLINHA - verdura in natura, tipo cebolinha, espécie comum	MÇS	516	R\$ 2,54	R\$ 1.310,64
4	463806	TOMATE SALADA - legume in natura, tipo tomate saladada	KG	960	R\$ 7,47	R\$ 7.171,20
5	463831	COUVE-FLOR Verdura in natura, tipo Couve- Flor.	CABEÇA	290	R\$ 8,63	R\$ 2.502,70
6	463837	BROCOLIS Verdura in natura, tipo Brócolis.	UNIDADE	290	R\$ 7,62	R\$ 2.209,80
7	463822	COUVE MANTEIGA - Verdura in natura, tipo Couve Manteiga	MÇS	567	R\$ 4,56	R\$ 2.585,52
8	463748	ABOBORA CABOTIAN - de primeira qualidade, tamanho médio, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, tenra, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, turgescer, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa.	KG	1.300	R\$ 4,33	R\$ 5.629,00
9	463839	REPOLHO BRANCO - verdura in natura, tipo repolho, espécie branco	CABEÇA	120	R\$ 4,63	R\$ 555,60
10	464405	MAMAO - fruta in natura, tipo mamão, espécie comum	KG	2.300	R\$ 8,34	R\$ 19.182,00
11	464374	ABACAXI - fruta in natura, tipo abacaxi, espécie pérola	Unid.	600	R\$ 10,88	R\$ 6.528,00

12	464398	LIMÃO - fruta in natura, tipo limão, espécie taiti	KG	120	R\$ 4,91	R\$ 589,20
13	446618	OVO - tamanho extra, origem galinha, características adicionais branco	DUZIA	1000	R\$ 9,90	R\$ 9.900,00
14	463747	ABOBORA PAULISTA de primeira qualidade, tamanho médio, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, tenra, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, turgescentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa.	KG	1.300	R\$ 4,77	R\$ 6.201,00
15	463778	CHUCHU-in natura, variedades verde, espécie comum	KG	600	R\$ 6,12	R\$ 3.672,00
16	463754	BATATA INGLESA - de primeira qualidade, lavada, tamanho médio, uniformes, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderido à superfície externa.	KG	1.500	R\$ 6,23	R\$ 9.345,00
17	463767	BETERRABA legume in natura, tipo beterraba, espécie comum	KG	500	R\$ 5,34	R\$ 2.670,00
18	463780	CEBOLA - Cebola roxa com coloração roxa, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas	KG	400	R\$ 6,70	R\$ 2.680,00
19	463938	ALHO - cabeça inteira, dentes grandes e uniformes, firmes e com brilho, de primeira qualidade	KG	120	R\$ 30,53	R\$ 3.663,60
		BATATA DOCE - legume in natura, tipo batata doce,				

20	463753	características adicionais extra, 1º qualidade	KG	408	R\$ 4,73	R\$ 1.929,84
21	463795	MANDIOCA SEM CASCA - legume in natura, tipo mandioca, espécie comum	KG	1.480	R\$ 6,24	R\$ 9.235,20
22	464380	BANANA NANICA - fruta in natura, tipo banana, espécie nanica	KG	1.867	R\$ 5,55	R\$ 10.361,85
23	464376	BANANA MAÇÃ - fruta in natura, tipo banana, espécie maçã	KG	714	R\$ 8,56	R\$ 6.111,84
24	464393	LARANJA - fruta in natura, tipo laranja, espécie pera	KG	3.840	R\$ 6,20	R\$ 23.808,00
25	464400	MAÇÃ - fruta in natura, tipo maçã, espécie gala	KG	1.920	R\$ 10,17	R\$ 19.526,40
26	464418	MELANCIA - fruta in natura, tipo melancia, espécie redonda, aplicação alimentar	KG	2.000	R\$ 3,77	R\$ 7.540,00
27	464422	MELÃO - fruta in natura, tipo melão, espécie comum	KG	1.280	R\$ 6,23	R\$ 7.974,40
VALOR TOTAL						<b>R\$ 182.013,59</b>

**\*\*Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos anexos deste termo de referência e o respectivo código do catálogo de material (CATMAT) do comprasnet, prevalecem as especificações deste termo de referência.\*\***

## 10. Adequação orçamentária

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

**10.2.** Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, Contrato de Gestão nº 209/2022/SEMS/PMD de 05/08/2022 (PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 174/2022 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022).

## 11. Sanções e Infrações Administrativas

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii.** Multa, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas, previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021;
- iii.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.3. Por atraso injustificado na execução do contrato:**

- a)** Multa moratória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), por dia, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b)** Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

**11.4.** Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a)** Advertência, por escrito, nas faltas leves.
- b)** Multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pela fornecedora.
  - I.** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto.
  - II.** Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
  - III.** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento dos prazos relativos à apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual;
  - IV.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**V.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **11.1**, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**VI.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem **11.1**, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**VII.** Para infração descrita na alínea “b” do subitem **11.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**VIII.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem **11.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**IX.** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem **11.1** a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.5.** A multa de mora será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no edital e/ou contrato.

**§ 1º** Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido, o gestor do contrato deverá comunicar ao Setor Demandante, motivadamente, se persiste o interesse na contratação.

**§ 2º** A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a rescisão unilateral do contrato com a aplicação acumulada de outras sanções previstas na legislação vigente.

**§ 3º** A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

**11.6.** A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.1.** Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.8.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**11.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 12. Alinhamento entre a contratação e o PCA

**12.1.** No ano 2025 não foi elaborado um Plano Anual de Contratações, para ser executado em 2026. Portanto o mesmo não previu o Registro de preço para futura e eventual e aquisição de produtos alimentícios do gênero **hortifrutigranjeiros**.

**12.2.** A elaboração do Plano de Contratações Anual da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados/FUNSAUD, para o ano de 2026 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

**12.3.** Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

**12.4.** O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em vacatio legis, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

**12.5.** Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual , em 2026 para valer no ano de 2027.

## 13. Do reajuste

### Da Ata de Registro de Preços

**13.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a contar da publicação do orçamento da Administração, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

**13.2.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.2.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

**13.2.3.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

## **Do Contrato**

**13.3.** O preço permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato, salvo se em decorrência de prorrogação de prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses.

**13.4.** Havendo a ocorrência do item anterior, o saldo contratual será reajustado aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.5.** Para aplicação do índice será considerado a data-base do orçamento estimado desde que decorrido 12 (doze) meses, e que a Contratada solicite formalmente dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do 12º (décimo segundo) mês, renunciando ao reajuste caso não o faça.

**13.6.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.7.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**13.8.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**13.9.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**13.10.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**13.11.** O descumprimento de cronograma físico-financeiro, se houver, por responsabilidade da Contratada, bem como de outras obrigações, ensejará a não concessão de reajuste anual.

**13.12.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

**13.13.** Da Revisão/Reequilíbrio

**13.13.1.** Caso ocorra o desequilíbrio econômico durante a vigência contratual, a Contratada poderá requerer formalmente à Contratante a revisão dos valores pactuados.

**13.13.2.** Para tanto, deverá relatar em detalhes os fatos (imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, superveniente ao originalmente contratado), anexando documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, informando ainda, o valor pleiteado.

## **14. Obrigações da contratante e Contratada**

**14. São obrigações do Contratante, além das previstas na lei 14.133/2021 (art. 92, X, XI e XIV):**

**14.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**14.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**14.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**14.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**14.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**14.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

**14.1.7.** Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**14.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**14.1.9.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**14.1.10.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**14.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**14.1.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **14.2. São obrigações da Contratada, além das prevista na lei 14.133/2021 (art. 92, XIV, XVI e XVII):**

**14.2.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**14.2.2.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante; Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**14.2.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**14.2.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**14.2.5.** Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos impróprios para consumo entregues;

**14.2.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros;

**14.2.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**14.2.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**14.2.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante execução do objeto contratual;

**14.2.10.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**14.2.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**14.2.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**14.2.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**14.2.14.** Realizar a entregas conforme estipulado no Termo de Referência;

**14.2.15.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**14.2.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**14.2.17.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**14.2.18.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**14.2.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**14.2.19.1.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no art. 125 da Lei n. 14.133/2021; Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos materiais, mão de obra, fretes, transportes, impostos, taxas, ou quaisquer outros incidentes sobre o fornecimento;

**14.2.19.2.** A licitante deverá entregar os materiais dentro das especificações contidas no Termo de Referência, responsabilizando se pela troca, no prazo de validade em caso de danificação do bem ou em sua embalagem, desde que a danificação na embalagem comprometa o uso futuro do bem em questão, independente do motivo alegado, conforme parecer técnico da unidade solicitante;

**14.2.20.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta.

**14.2.21.** Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**14.2.22.** As obrigações constante a Ata de Registro de Preços - ARP constarão na minuta deste documento.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUCIMAR DA ROSA DUTRA**

Nutricionista-RT/UPA



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 09:45:28.*

**MICHELY ALINE JORGE ESPINDOLA**

Nutricionista-RT/Hospital da Vida



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 08:35:43.*

Despacho: Revisado por:

**ROSELI YUKIE SATO BARBOSA**

Assistente Administrativo



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 08:36:12.*

Despacho: Revisado por:

**MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO**

Supervisora de Compras



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 08:27:43.*

Despacho: Autorizado por:

**MARIA IZABEL DE AGUIAR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 17:25:55.*